



1 **Ata da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR —18/11/2025** Ao décimo oitavo dia
2 do mês de novembro de 2025, às 09h30, em formato híbrido; presencialmente no
3 palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro Campos, 6º Andar sala 6B – Centro
4 Cívico – Curitiba/PR, e via web conferência por meio da plataforma da CELEPAR;
5 deu-se início a Reunião Ordinária do mês de novembro de 2025 do Comitê
6 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em
7 Situação de Rua do Estado do Paraná — CIAMPRua/PR. **Fizeram-se presentes:**
8 **Representantes Titulares Governamentais:** Delvana Lúcia (SEED), André Luiz
9 Brandão (SESP), Samanta Krevoruczca (SEDEF). **Representantes Suplentes**
10 **Governamentais:** Elizabeth Massias (SEJU), Lucimar Pasin de Godoy (SESA),
11 Renata Himovsk Torres (SESP), Rafael de Lima Borba (COHAPAR).
12 **Representantes Titulares da Sociedade Civil:** Vanessa de Souza Lima
13 (Associação Mãoz Invisíveis - Curitiba), Leide Daiana Furnaletto (Casa de Acolhida
14 Filhos Prediletos – Campo Mourão). **Convidados(as) Especialistas, Parceiros,**
15 **Colaboradores:** Jane Cristina Lobato Vasques (UTSC/SEJU), Juventino Antônio de
16 Moura (Diretor de Cidadania – SEJU), Sofia Quadros Quentin (UTSC/SEJU), Laura
17 Silva Schaffrath (SEJU), Thais Ruscak (SEJU), Bruna Mendes (MNVCT), Edineia
18 de Fátima Santos, Danieli Muller (SGM – Prefeitura), João Vitor Fernandes (SEJU),
19 Débora Cristina da Silva Coelho (SEJU), Rafaella (Mãoz Invisíveis), Marlene,
20 Carolina, Zeca Binotto. **Justificativa de Ausência:** Sem justificativas de ausência.
21 **1. Abertura:** A princípio Sofia saudou a todos e iniciou a chamada nominal para
22 registro em Ata. **2. Aprovação da pauta:** Pauta aprovada conforme apresentada.
23 **3. Aprovação da Ata:** Sem ressalvas, Ata aprovada. **4. Informes da secretaria**
24 **Executiva:** Sem informes. **5. Informes dos Conselheiros:** Sem informes. **6. CENSO**
25 **Pop Rua:** Dr. Juventino saudou a todos e iniciou informando sobre a criação do
26 Censo Pop Rua, que é uma das primeiras ações em desenvolvimento do GT; diz
27 que ocorrerá uma reunião na parte da tarde para buscar apoio dos municípios para
28 auxiliar na elaboração desse Censo, amanhã terá uma resposta da SETI,
29 informando sobre como as Universidades Estaduais poderiam contribuir em relação
30 a execução e em breve será aberto um Chamamento Público pedindo apoio



31 voluntariado para participar desse CENSO da População em Situação de Rua;
32 também está sendo programada uma reunião com o IBGE; Dr. Juventino permanece
33 a disposição e informa que em breve serão passadas mais informações e até a
34 próxima reunião do CIAMP será compartilhado o questionário do CENSO, que terá
35 como objetivo ouvir opiniões e sugestões de todos. Vanessa relata que esteve em
36 reunião na SEJU, onde foi comentado sobre esse CENSO, ela se colocou a
37 disposição, inclusive a rede que o Projeto Mão Invisíveis possui, para auxiliar de
38 forma voluntária no que for necessário; Vanessa diz que isso é importante,
39 principalmente pela metodologia que foi sugerida e pelo custo. Dr. Juventino
40 acrescenta que além da necessidade de programas de trabalho universitário, que
41 faz parte do objetivo da própria educação, os estudantes da área relacionada a
42 População em situação de rua podem ter ciência dos problemas enfrentados, para
43 assim, futuramente, ter um olhar mais humanizado para prestar serviços para essas
44 pessoas em situação de vulnerabilidade. Vanessa complementa que, após
45 articulação em reunião, será disponibilizado nos dias 3 e 10 de dezembro um curso
46 de 12 horas de capacitação sobre a população em situação de rua, fluxos de
47 atendimento, superação, equipamentos, etc. E em paralelo, pelo Projeto Mão
48 Invisíveis, a partir de segunda-feira, iniciarão as gravações do curso online. Edineia
49 sugere que a própria População em Situação de Rua participe e questiona se existe
50 algum valor envolvido; Dr. Juventino diz que isso ainda está em planejamento e,
51 possivelmente, serão fornecidas algumas ajudas de custo dependendo da situação,
52 mais reforça que ainda está em discussão sobre essa questão de remuneração de
53 voluntariado e, assim que houver uma conclusão será compartilhada; Concorda que
54 é importante a participação de pessoas engajadas nessa pauta, pois traria dados
55 mais concretos; Edineia questiona se a Fiocruz participará; Juventino diz que ainda
56 não houve tratativas com o pessoal da Fiocruz, mas afirma que quanto mais
57 colaboradores envolvidos no projeto, melhor para ter agilidade e dignidade nas
58 informações, com o objetivo de ampliar as ações do Poder Público; Edineia afirma
59 que a participação da Fiocruz é essencial, visto que possui dados importantes para
60 esse projeto. Dr. Antônio registra que teve a oportunidade de conversar com parte



da equipe do Secretário Valdemar e encaminhou o produto do Grupo de Trabalho do Governo Federal no que diz respeito a possíveis metodologias para contagem, criação de instrumentais, e foi mencionado que seria apresentado ao CIAMP para validação, reforça a importância disso ser feito; Questiona se permanece no horizonte a realização de mutirões concomitantes e simultâneos nas cidades do Estado, inclusive para tentar aplicar durante os atendimentos um questionário; Dr. Juventino responde que é sim do interesse do Secretário de realizar esses mutirões, queria algo imediato para novembro ou dezembro, mas por conta de todas as dificuldades para realizá-los a curto prazo, e provavelmente os mutirões ocorrerão no início de 2026; A ideia do secretário Valdemar é usar o modelo do Paraná em Ação, mais ainda analisará a efetividade, os pontos positivos e negativos dos serviços, para futuramente criar mecanismos para disponibilizar esses serviços com maior frequência. **7. Projeto Moradia Primeiro:** Edineia diz que o Governo Federal recebeu uma verba para moradias do Projeto Minha casa Minha Vida, e dentro desse projeto, 3% das casas são destinadas ao Moradia Primeiro, questiona se tem previsão para iniciar e se a Sociedade Civil será convidada; Dr. Juventino responde que, dentro do GT existe o projeto de Moradia Primeiro, na última reunião foi apresentado um esboço do que seria, mas como esse Projeto do Governo Federal está mais atrelado a COHAPAR ele não tem essas informações, mas diante do questionamento, pode encaminhar um ofício a COHAPAR, por alto se sabe que é uma porcentagem do valor que foi liberado para as habitações e tem acompanhado pela imprensa que vários municípios estão sendo contemplados com essas moradias; Vanessa diz que, em relação ao MCMV, estão de fato sendo destinados valores para vários Estados e, dessas construções que são incentivadas pelo MCMV, existe uma porcentagem que se chama Minha Casa Minha Vida – FAR, mas não entra na metodologia do programa Moradia Primeiro, visto que não se trata de propriedade privada; em Niterói foram destinadas recentemente trinta e cinco unidades para as pessoas em situação de rua que estavam cadastradas no projeto Recomeço, as casas estão sendo entregues mobiliadas e com visitas e suporte de assistência social toda semana; Laura complementa que esses 3% são obrigatórios



nos municípios que tem uma população em situação de rua a partir de mil pessoas, no Paraná se enquadrariam somente Curitiba e Foz do Iguaçu; Bruna diz que em março foi divulgada uma lista que relata que Curitiba é o 9º município que pode participar, nesse projeto é fornecido 100% da mobília, para a pessoa ter direito é necessário no mínimo seis meses de registro do Cad Único e faça inscrição no Bolsa Família; Mas primeiro é necessário saber qual o volume de imóveis que realmente estão saindo no MCMV em Curitiba e como está a situação do recurso, o repasse seria de 30 em cada 1000 unidades; Dr. Juventino sugere que seja enviado um ofício para o município de Curitiba pedindo informações e para COHAPAR. Edineia agradece os esforços que estão ocorrendo no CIAMP para que haja humanização dessas pessoas em situação de rua, para que tenham seus direitos básicos de alimentação, higiene, moradia, etc. **8. Equipamentos de Albergue:** Edineia relata sobre denúncias dos equipamentos de albergue, onde os usuários relataram que as camas estavam com percevejos e ocorridos desvios de cobertores, relatou também ameaças e abusos feitos por policiais militares; Bruna afirma que isso é extremamente real e relata sobre a dificuldade de uma pessoa em situação de rua denunciar esses acontecimentos, visto que muitas vezes acabam não sendo ouvidas; Elizabeth diz que seria interessante falar sobre isso nas reuniões do CIAMP Municipal; Bruna diz que todas essas questões se resolveriam com câmera policial obrigatória; Jane questiona quais são os albergues onde ocorreram essas denúncias para encaminhar o ofício e solicitar informações; Edineia diz que os locais são próximo ao mercado municipal, próximo à FAS e próximo ao viaduto do Capanema; Edineia relata também que ouviu boatos sobre o possível fechamento da mesa solidária, principalmente em épocas festivas de final do ano, diz que o serviço oferecido pelo projeto é essencial para a população em situação de rua, idosos e pessoas que tem algum tipo de dependência química, evitando a desnutrição dessas pessoas; Jane questiona se os conselheiros aprovam o encaminhamento de ofício para a FAS e a COHAPAR solicitando informações, encaminhamentos aprovados; em relação as denúncias de violência policial, André diz que é necessário primeiro fazer as denúncias na ouvidoria da PMPR, para depois oficializar a SESP; Dr.

121 Antônio diz que, em relação a questão de percevejos nos albergues, a Defensoria
122 Pública recebeu, há uns dois meses, uma denúncia do equipamento Padre Pio, foi
123 realizada uma vistoria no local e foram constatadas algumas irregularidades, que
124 foram formalizadas e ocorreu a substituição de camas; houve reclamações também
125 de proliferação de mosquitos e feita a solicitação de instalação de um gradil próprio
126 e limpeza do entorno pra evitar a questão da água parada; Se ocorreu novamente a
127 denúncia é possível fazer a verificação, mas desse local essas providências foram
128 tomadas; Sobre a questão das violências, é necessário que as denúncias sejam
129 feitas no MP, que é o órgão que possui competência para fiscalização das polícias;
130 sobre as retiradas de pertences tem uma ação em andamento, mês passado foi feita
131 uma comunicação em juízo pedindo aplicação de multa; no que diz respeito ao
132 acionamento das câmeras policiais é algo que está incipiente a implementação
133 progressiva no Brasil, o STF fixou alguns parâmetros em que o acionamento pode
134 ser interrompido ou não; Dr. Antônio frisa que isso é um debate muito polêmico e
135 sensível, deixa registrado que, como defensor público, não acha que seja o ideal a
136 se fazer, e acredita que não é a melhor forma de realizar a abordagem social junto
137 com forças de segurança pública, o próprio CIAMP expediu uma nota técnica sobre
138 as abordagens sociais que não podem ser confundidas com abordagem de
139 segurança pública, até mesmo para facilitar a vinculação dos usuários aos serviços
140 que podem beneficiá-los; Dr. Antônio relata que há um mito de que há pessoas
141 criminosas infiltradas entre pessoas em situação de rua, mas, pessoas domiciliadas
142 e não domiciliadas podem cometer crimes, isso é um equívoco fazer essa livre
143 associação visto que não é fundada em dados; Dr. Antônio reforça a necessidade
144 das denúncias de violência serem encaminhadas a Defensoria Pública; Jane
145 concorda que fica difícil fazer encaminhamentos de algo muito vago; Bruna informa
146 que está sendo elaborado um formulário, que será repassado inclusive para o
147 pessoal dos projetos Ruas Visíveis, Anjos Noturnos, etc. Justamente para facilitar as
148 coletas de denúncias, posteriormente colocar esses pontos em diálogo, analisando o
149 que seria necessário e válido para esses casos da população em situação de rua;
150 Dr. Antônio pontua que, durante os atendimentos para pessoas em situação de rua,



151 é muito frustrante a forma como as instituições formalizam e proceduralizam
 152 essas denúncias, pois no momento em que ocorre uma violação, exigir para a
 153 pessoa que tenha todos esses dados é um tanto quanto pesado, mas, por outro
 154 lado, sem as informações mínimas não se pode oferecer uma denúncia para punir e
 155 investigar o ocorrido, então não é uma burocracia sem razão; Em relação ao
 156 formulário, se coloca a disposição para auxiliar na elaboração desse material, e
 157 informa que foi feita uma cartilha(que precisa de atualização) informando o que pode
 158 ser feito ou não durante a abordagem para divulgar entre as organizações.

159 **9.Informes Gerais:** Dr. Antônio relata que está em organização, junto à SEJU, um
 160 mutirão para a população migrante, que ocorrerá dia 29 de dezembro, no espaço de
 161 migração, e justifica a saída antecipada da reunião pois irá ao local fazer uma
 162 checagem em relação aos pontos dos serviços que serão ofertados; Jane agradece
 163 pela parceria de Dr. Antônio e por todo o apoio da Defensoria Pública, reforça sobre
 164 os encaminhamentos que serão feitos após reunião e informa que, referente ao
 165 protocolo do Plano Ruas Visíveis, foi enviada uma justificativa e até o momento está
 166 em tratativa com a DCDH e com o Secretário. **10.Encerramento:** Por fim, Jane
 167 agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião Ordinária do Comitê
 168 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em
 169 Situação de Rua do estado do Paraná. A presente Ata foi lavrada por Sofia Quentin;
 170 Revisada por Jane Vasques.